

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

OLGA PIRES GOIS PAZ

**Elevado João Goulart: Uma reflexão acerca das apropriações culturais e  
seus possíveis desdobramentos**

Versão Original

São Paulo  
2018

OLGA PIRES GOIS PAZ

**Elevado João Goulart: Uma reflexão acerca das apropriações culturais e seus possíveis desdobramentos**

Trabalho de Graduação Integrado do curso de Geografia apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, História e Ciências Humanas como requisito para a obtenção do título de bacharel em Geografia da Universidade de São Paulo.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simoni Scifoni.

São Paulo  
2018

Nome: PAZ, Olga Pires Gois

Título: Elevado João Goulart: Uma reflexão acerca das apropriações culturais e seus possíveis desdobramentos

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Bacharela em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Scifoni

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.: Simone Scifoni (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.: Jaime Solaris Carmona

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.: Mariana Kimie da Silva Nito

Instituição: Museu da Imigração

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## Resumo

O presente estudo busca compreender de que modo as formas de uso para fins culturais e de lazer no Elevado João Goulart podem contribuir para a radicalização do processo de disputa pelo direito à cidade por parte da população. A pesquisa é do tipo bibliográfica, e privilegiou autores como Neil Smith, Henri Lefebvre, David Harvey e Ana Fani Carlos, que assumem uma perspectiva marxista e crítica ao modo de produção capitalista e à espacialidade que lhe é inerente. Apesar de muitas dessas formas de uso do Minhocão possuírem um caráter questionador da lógica da produção do espaço, acabam sendo apropriadas pelo mercado imobiliário intensificando ainda mais o processo de valorização e segregação sócio-espacial.

**Palavras-chave:** Minhocão, Gentrificação, Espaço público, ressignificação do espaço, direito à cidade.

## Abstract

The present study seeks to understand how the ways of use for cultural and leisure purposes in the High João Goulart can contribute to the radicalization of the process of dispute for the right to the city by the population. The research is of the bibliographic type, and privileged authors such as Neil Smith, Henri Lefebvre, David Harvey and Ana Fani Carlos, who take a Marxist and critical perspective on the capitalist mode of production and the inherent spatiality. Although many of these ways of using the Minhocão have a questioning character of the logic of the production of space, they are appropriated by the real estate market intensifying even more the process of valuation and socio-spatial segregation

## **Agradecimentos**

A apresentação desse TGI não é apenas um trabalho ou uma pesquisa que finaliza uma graduação iniciada onze anos atrás, antes mesmo de completar dezoito anos, é também a superação de uma "insegurança acadêmica" que me abre a possibilidade de novos começos. Seria impossível demonstrar através de um exercício de pesquisa todo o caminho acadêmico e emocional percorrida até aqui, assim como expressar a importância de cada uma das pessoas, das conversas e reflexões que fizeram parte de uma trajetória cheia de risos e lágrimas, descobertas, desconstruções políticas, filosóficas, de gênero, do inconsciente e da ancestralidade.

Aos familiares, amigos antigos e os feitos a partir de 2007, professores do departamento de geografia da USP, amores e desamores, meu sincero agradecimento. O conceito de "comunidade" tem pra mim um significado especial.

Em cada reflexão sobre o cotidiano, cidade, campo, sociedade acompanhadas de conversas sobre amizade, amores, família, contextos econômicos, sociais, políticos, intercâmbio, mudanças de cidade, empregos, país, a descoberta da geografia se misturou com uma constante descoberta e construção de mim mesma.

Ao Rafa, agradeço à parceria durante todo o processo de conclusão dessa pesquisa. Durante a correria da nossa rotina, dias, meses e anos sem dormir, trabalho, faxina, pediatria, desesperos, perrengues financeiros, você sempre conseguiu encontrar uma forma de deixar claro que você estava ali e que ao seu lado eu podia respirar.

À Lia, minha filha amada, criança doce, determinada e especial, agradeço por ter a sorte de acompanhar seu desenvolvimento. Cada superação sua e nossa me inspira e reforça uma constante necessidade de crescimento. O amor que tenho por você é uma força que eu jamais pensei ser capaz de sentir, nem jargões e clichês sobre a maternidade poderiam me alertar.

## **Lista de Fotos**

Foto 1- Cortiço observado do Elevado.....	21
Foto 2 - Vista do elevado para a sacada de um dos apartamentos da Rua Amaral Gurgel .....	23
Foto 3- Fim de tarde de sábado com pedestres caminhando no Elevado.....	25
Foto 4- Vista do Elevado onde é possível observar jardim vertical em um dos prédios da Rua Amaral Gurgel.....	38
Foto 5 - Público assistindo a uma apresentação do grupo “Esparrama pela Janela” que acontece na janela de um dos Prédios da Rua Amaral Gurgel. ...	421
Foto 6 - Celebração de Aniversário com churrasco no Elevado.....	421

## **Lista de Mapas**

Mapa 1- Distritos diretamente impactados pela presença do Elevado.....	17
Mapa 2- Localização da área de estudo: Elevado João Goulart – Minhocão ...	18

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
1. Contexto Histórico.....	13
1.1 Histórico da obra e do entorno do “Minhocão” .....	17
2. A desvalorização e Resignificação do Elevado .....	23
2.1 A narrativa da “degradação” do Minhocão à luz das operações urbanas no centro .....	26
3. Os processos de desvalorização e revitalização do centro e seus agentes .....	28
3.4 O 2º Prêmio Prestes Maia de Urbanismo e seus termos de referência.....	37
4. O Elevado como fronteira urbana.....	38
5. Apropriações para o lazer e Resignificações do Elevado .....	41
6. Metodologia .....	44
Considerações Finais .....	45
Referências Bibliográficas.....	47

## Introdução

A partir da observação do objeto de estudo surge uma questão a ser investigada com o desenvolvimento desta pesquisa. Busca-se compreender de que modo as formas de apropriação do espaço para fins culturais e de lazer, intensificadas a partir de meados dos anos 2000 no Elevado João Goulart, em dias e horários pré-definidos e autorizados pelos órgãos de Estado, podem contribuir para a radicalização do processo de disputa pelo direito à cidade por parte da população, em oposição aos interesses do capital. Tem-se como hipótese que ao invés de promover um processo radical de apropriação do espaço por parte da população, tal utilização contribuiu para um processo inverso, de valorização do solo urbano da região (numa perspectiva capitalista), colaborando para uma maior segregação socioespacial e um possível processo de gentrificação da região. Ao assumir como fundamentação teórica uma perspectiva marxista do espaço, delimitamos os autores que, a partir de uma teoria social do espaço urbano no modo de produção capitalista, produziram pesquisas significativas sobre o tema, como Henri Lefebvre, Ana Fani Alessandri Carlos e Neil Smith.

Por “*perspectiva marxista*”, compreende-se uma ampla e complexa escola de pensamento e estudo da sociedade capitalista, sob seus diversos aspectos, entre os quais a espacialidade que lhe é inerente, sendo este um dos elementos chave que talvez esteja insuficientemente desenvolvido na obra de Karl Marx, comumente mais identificada com os aspectos econômicos estruturais da organização social do capital. Sobre uma análise teórica do espaço a partir de uma perspectiva marxista, tem-se que

a obra de Marx tem significado especial para desenvolvimento do tema [produção do espaço], na medida em que permite refletir sobre o sentido na noção de “produção” em sua profundidade. A produção como categoria de análise abre a perspectiva de desvendar, antes de tudo, a vida humana. (CARLOS, 2011, p.55)

A problemática do tema se faz justamente pelo caráter de indefinição que as diferentes concepções e formas de apropriações criaram em torno do debate público sobre o futuro do Minhocão. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca compreender os mecanismos estruturais que a fizeram



concreta e que estão inevitavelmente ligados aos mecanismos da urbanização no modo de produção capitalista e da espacialidade específica que ele produz e reproduz como condição para sua existência e expansão. Refletir sob uma ótica marxista acerca das indefinições e contradições a respeito do “Minhocão”, a mudança do discurso público do Estado e do Mercado imobiliário sobre sua funcionalidade, os impasses e conflitos de interesses sobre sua destinação, pode revelar as contradições estruturais sobre a natureza de reprodução do espaço urbano orientada pelo capital que se mostra limitada e finita, abrindo espaços de questionamento.

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente. (HARVEY, 2005, p.54)

As contradições estruturais e inerentes aos mecanismos de produção espacial pelo capital, revelam seus pontos de fragilidade. Nestes pontos podemos observar as possibilidades que podem e devem ser exploradas, fracionando a aparência sistêmica, quebrando o ordenamento espacial imposto, ou seja, ensejando uma perspectiva transformadora, em realidade, revolucionária.

Vemos Marx descrito como um determinista econômico, quando, na realidade, Marx assinala que o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, sendo apenas por meio da luta, política e pessoal, que podemos obter o domínio sobre nossa existência social e física, produzindo essa liberdade. (HARVEY, 2005 p. 78)

Em Lefebvre:

(..) metamorfose ou autodestruição (uma não excluindo a outra). Esse seria o momento no qual cessaria a reprodução das relações de produção existentes, seja porque a degradação e a dissolução a dominam, seja porque novas relações se produzem, deslocam e substituem as antigas. A possibilidade de tal momento (perspectiva que não coincide exatamente com a teoria habitual da revolução) define uma hipótese estratégica. Não se trata de uma certeza definitiva, positivamente estabelecida. Ela não exclui outras possibilidades (a destruição do planeta, por exemplo). (LEFEBVRE, 2008, p.18)

Uma reflexão acerca deste espaço, à luz da bibliografia utilizada, pressupõe-se comprometida com a sua transformação, na perspectiva em que procurará fortalecer as resistências que as formas de uso que se contrapõe aos interesses do capital apresentam, contribuindo com a busca pelo pleno direito à cidade. O direito à obra e à apropriação, direito à vida urbana transformada, renovada. O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar (LEFEBVRE, 2001) . Tomamos por direito a cidade a seguinte definição:

O direito à cidade compreende a vida urbana renovada e transformada contemplando aquilo que lhe é mais peculiar: a coexistência, a simultaneidade, as trocas sociais entre os diferentes, a sociabilidade. Mas representa também o encontro com a necessidade da atividade criadora, a obra, que não se cumpre apenas com a indústria cultural e os equipamentos comerciais de cultura. Não se trata disso. O direito à cidade implica na prioridade do uso e do valor de uso, na cidade produzida e usada como obra, com a arte restituindo o sentido de obra, o que não se confunde com a presença dos equipamentos culturais e de produtos culturais. Significa a produção da cultura e arte como inerente à produção da cidade e não como universo à parte e como fragmento. (SCIFONI, 2013, p.522)

Nesta pesquisa, rompemos com a noção de espaço da geografia tradicional, acrítica e não-histórica, que o compreende como suporte físico – um espaço ontológico, e adotamos a noção de espaço como condição e meio para a reprodução da sociedade, destacando este seu *duplo caráter* (CARLOS, 2011) e considerando-o como marco importante, capaz de revelar as contradições inerentes a sociedade que o produziu:

Tal enfoque aponta para a ideia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, consequentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica [...] essa abordagem indica o deslocamento do enfoque – tido como tradicionalmente geográfico – da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais. (CARLOS, 2011, p.)

Aqui, não se trata de negar a importância de localização e descrição do fenômeno no espaço, neste caso específico o do “Minhocão” como estrutura, mas de não reduzir o pensamento geográfico a esta finalidade e vocação:

Essa opção permite enfrentar a limitação da disciplina como “ciência parcelar” (uma das subdivisões das ciências sociais), num caminho que propõe analisar a totalidade do processo de reprodução social

como constituição de uma espacialidade específica que lhe dá conteúdo. (CARLOS, 2011, p.)

Nossas hipóteses no tocante aos desdobramentos do Elevado e seus efeitos no tecido urbano partem do conceito chave *gentrificação*, aqui compreendido através da teorização de Neil Smith(2006),e caracterizada pela gradativa substituição do perfil populacional de determinados bairros por consequência da subida de preços do solo urbano ocasionada pelo investimento concentrado de capital em obras de infraestrutura. A tomamos, portanto, por um fenômeno diretamente relacionado à influência do capital imobiliário que, em momentos de crise de acumulação, trata de renovar suas alianças com o poder público, a fim de reinserir espaços degradados no mercado num processo de reprodução da cidade (HARVEY, 2005).

O processo histórico das relações socioespaciais que perpassam e envolvem esta estrutura urbana e seus usos diversificados, desde sua construção até o presente momento, bem como o impasse que paira sobre seus desdobramentos, constituem o objeto desta pesquisa. Tendo como premissa que a discussão de sua especificidade pode contribuir para o debate e para uma ação mais ampla que vise a necessária transformação da cidade.

Sobre a estrutura organizacional do texto, descreve-se assim a sua disposição: no capítulo I, aborda-se os aspectos históricos e políticos que fizeram surgir o “Minhocão”, contextualizando a ideia inicial de “funcionalidade” e “modernidade” atribuída a esta estrutura, legitimada pelo discurso público produzido pelo Estado e seu sentido na lógica mais ampla adotada pelo processo de urbanização da cidade; ainda neste capítulo, discute-se os efeitos de sua implantação no entorno urbano imediato, isto é, a região do centro, especialmente a área em estudo, como espaço de conflitos e disputas, a partir dos processos sociais, culturais e também políticos que modificaram seus usos. No capítulo II daremos ênfase analítica ao processo de desvalorização pelo qual passaram os bairros do centro, desvendando quais são os elementos reguladores dos ciclos de valorização e desvalorização do solo urbano na metrópole paulistana. No terceiro capítulo são discutidos os projetos para o Elevado, apresentando quais as propostas para o futuro, os agentes envolvidos e a possível intensificação do processo de gentrificação que a intervenção na

região pode ocasionar. Por fim, apresentamos uma forma de uso mais específica do espaço do “Minhocão”, que intensificou-se a partir de meados de 2000, vinculada a iniciativas de caráter artístico e cultural configurando uma possibilidade de apropriação num contexto em que esta dimensão simbólica parece ganhar uma escala de importância em toda cidade, e sobretudo na região centro. Por fim, nas Considerações Finais, procura-se identificar quais questões mais relevantes na busca pela transformação de um espaço urbano mais adequado à reprodução da vida, surgem das tensões entre as formas de uso e apropriação do espaço do “Minhocão” pela população e das necessidades reprodutivas do capital nesta área estratégica. E como a apropriação dita “cultural” pode apresentar um duplo papel antagônico: potencializar o processo transformador, ou, ao contrário, servir de chamariz para produção de um vetor de valorização capitalista.

## 1. Contexto Histórico

A cidade de São Paulo é uma das maiores metrópoles capitalistas do mundo contemporâneo em população e área geográfica. Ao longo do século XX, a cidade experimentou um processo acelerado de urbanização que teve início no final do século XIX. O processo de industrialização no Brasil ocorreu de forma lenta e tardia, e a região Sudeste, especialmente a cidade de São Paulo, passou por um processo de concentração geográfica.

A partir da década de 1930, com a crise do café e a diversificação e expansão das atividades econômicas e industriais, a cidade recebeu um grande fluxo migratório oriundo do êxodo rural das lavouras cafeeiras. É desta época que data àquele que é considerado o primeiro plano urbanístico de maior amplitude para a cidade, o “Plano de Avenidas”, anunciado pelo Prefeito Prestes Maia, foi um projeto de remodelação e extensão do sistema viário estrutural de São Paulo. O plano que tinha como principal proposta um anel viário ao redor do centro da cidade e um sistema de avenidas e viadutos para descongestionamento e expansão do centro, era mais um plano viário que propriamente urbanístico e já preconizava um processo que viria adiante: com base no modelo de desenvolvimento urbano de metrópoles norte-americanas como Nova York, Los Angeles e Chicago, onde o automóvel é protagonista do traçado da cidade, que são cortadas por grandes obras viárias destinadas ao transporte individual, modelo adotado sem critérios de adaptação coerentes com os traços socioespaciais específicos do Brasil.

A cidade surge a partir de seu centro histórico e, sobretudo ao eleger o automóvel como eixo do planejamento urbano, intensifica a produção de um espaço urbano em crescente expansão no sentido periférico, inversamente proporcional ao desenvolvimento humano e social. O eixo do capital concentrou-se a partir da zona central, denominado pelos urbanistas de quadrante sudoeste (em direção às margens do rio Pinheiros), e a classe trabalhadora espalhou-se em todas as direções conduzida por linhas ferroviárias, outros transportes coletivos precários e também pelo automóvel.

Nesse processo, a região central, de ocupação mais antiga, aos poucos deixa de ser local de moradia predominante das elites econômicas, passando a concentrar também as atividades produtivas relacionadas à circulação do capital, além da presença da burocracia estatal e de comércios e serviços. O centro passa então a abrigar populações de renda média e baixa ali estabelecidas. A região contava com boa infraestrutura de transporte, serviços, comércios e bens públicos, além de grande oferta de trabalho e renda. Atualmente, configura-se um território estratégico e em disputa, onde as tensões entre os interesses do capital financeiro e as formas de uso da população se evidenciam e entram em choque.

A construção do Minhocão data do início da década de 1970, quando a população da cidade já passava dos 7 milhões de habitantes, e coincide com um momento da grande abertura ao capital estrangeiro, incentivada pela forte ação de um Estado de caráter politicamente autoritário em uma cidade que já apresentava um grande descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social. O Minhocão tornou-se um marco emblemático e anacrônico no imaginário social da cidade, pois já fortemente questionado à época como “solução” enquanto estrutura urbana de transporte, não somente pela sua monumentalidade “funcional”, simbolizando a modernidade das grandes cidades capitalistas do mundo (notadamente de inspiração em modelos norte-americanos de urbanismo), mas sobretudo pela agressividade de sua intervenção na paisagem e no cotidiano de seu entorno.

Um recorte temporal de quase cinco décadas dista da inauguração do Minhocão para o momento do presente estudo, constituindo um período recente, do ponto de vista histórico, mas de profundas e complexas transformações no processo do desenvolvimento capitalista global e da cidade de São Paulo. Esse processo incidiu fortemente e de maneira estrutural na produção do espaço urbano, mas quase nunca numa lógica “ordenada” e “racional”.

No plano econômico, observou-se uma tendência de transição parcial do modo fordista, que predominou até a década de 1970, para outras formas de organização social e de sofisticação econômica da produção capitalista, a partir

da globalização e da abertura ainda mais acentuada ao capital financeiro internacional.

Enquanto consolidavam-se as classes médias urbanas, desenvolviam-se novas formas de acumulação do capital, que serão mais profundamente discutidas no capítulo 2. O processo de globalização financeira se aprofunda entre os anos 1980 e, mais acentuadamente no caso brasileiro, a partir dos anos 1990, acompanhado por uma significativa revolução tecnológica, que conferiu ao capital na virada para o século XXI ainda mais mobilidade, por meio de dispositivos cada vez mais sofisticados. Esse período, também permeado por crises econômicas cíclicas próprias do capitalismo, com seus efeitos regulatórios e de ajuste e que, sobretudo nas grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos de capitalismo tardio (ou emergentes), fez aprofundar desigualdades socioeconômicas, como a precarização do trabalho, e também espaciais, como a financeirização da habitação social e a falta de saneamento, em um tecido urbano que também é posto como mercadoria e condição necessária para a reprodução do capital (HARVEY, 2005.). A transição definitiva do arranjo populacional predominantemente rural para majoritariamente urbano, ocorrida entre 1980-1990, fez crescer também uma percepção geral de crise das cidades.

Alguns aspectos gerais podem caracterizar este longo período de existência do “Minhocão”: uma mobilidade urbana cada vez mais comprometida pelos congestionamentos de um trânsito caótico que privilegiou o transporte individual; a deterioração da qualidade atmosférica e a falta de permeabilidade de um solo urbano que degradou sua rica hidrografia, produzindo esgoto sem tratamento e enchentes constantes; a explosão de diversas formas de violência urbana, sobretudo nas periferias em cuja população é formada por uma classe trabalhadora marginalizada e segregada (em favelas, conjuntos habitacionais monofuncionais, ocupações em áreas insalubres e de mananciais, ausência de serviços públicos básicos).

Em 1971 o “Minhocão” foi anunciado como uma ligação viária estrutural entre as regiões leste e oeste da cidade, a partir de sua localização estratégica no centro, atribuindo-se uma “funcionalidade” quase inquestionável, sobretudo no contexto do Estado autoritário que o constrói.

Em 2018, este mesmo Estado já produziu (ou tentou produzir) novo consenso por meio do discurso público, acompanhado de políticas específicas e de um novo marco legal: o fim do “Minhocão” como via expressa para veículos. Embora ainda sem data, a transformação do Elevado em parque foi decidida no Plano diretor de 2016 :

Art. 375. Ficam desde já enquadradas como ZEPAM:

- I – os parques urbanos municipais existentes;
- II – os parques urbanos em implantação e planejados integrantes do Quadro 7 e Mapa 5 desta lei;
- III – os parques naturais planejados.

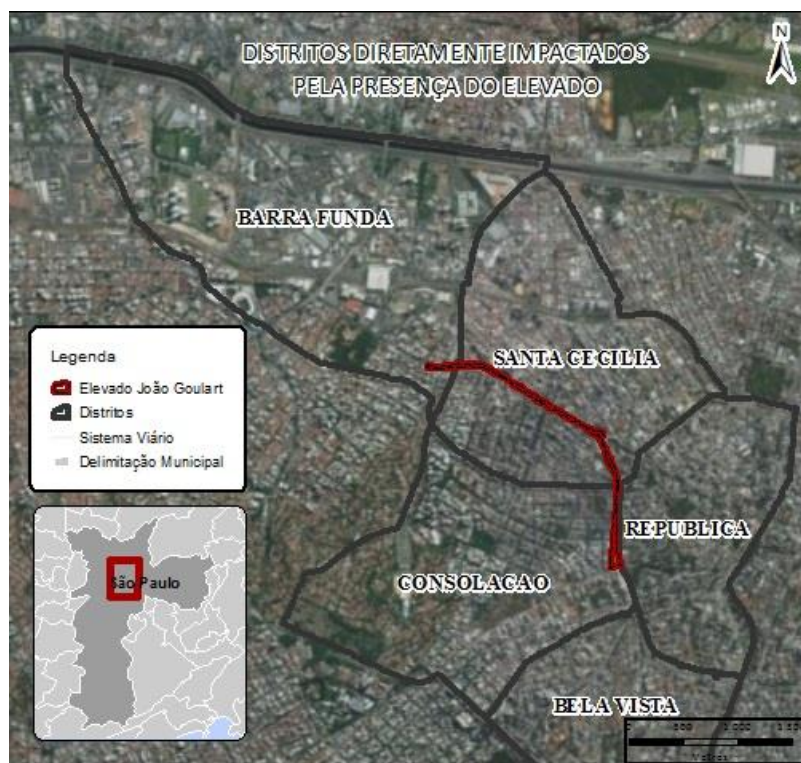
Parágrafo único. Lei específica deverá ser elaborada determinando a gradual restrição ao transporte individual motorizado no Elevado Costa e Silva, definindo prazos até sua completa desativação como via de tráfego, sua demolição ou transformação, parcial ou integral, em parque.



## 1.1 Histórico da obra e do entorno do “Minhocão”

Para fins desta análise, e pela localização específica do Minhocão em determinada região central e estratégica da cidade, faz-se necessário explicitar que a utilização do termo “centro”, adotado frequentemente neste texto, refere-se a uma região específica de impacto direto do elevado, que precisa ser detalhada. Trata-se da área que abrange os distritos: Santa Cecília, República, Consolação e Barra Funda e Bela Vista conforme o mapa:

Mapa 1- Distritos diretamente impactados pela presença do Elevado



Fonte de dados: IBGE. Imagem: BaseMap Organização do mapa: Olga Paz.

Cabe aqui, portanto, diferenciar estas regiões em suas especificidades, mas identificando-as dentro de um núcleo central cujos processos de ocupação e urbanização já estavam bastante acentuados entre fins do século XIX até a década de 30.

O Elevado João Goulart é uma via expressa construída por sobre a Avenida Amaral Gurgel, Avenida São João e Avenida General Olímpio da Silveira e que interliga a região central à zona oeste de São Paulo. Possui uma extensão de 3.400 metros (3,4 Km) e uma largura que varia de 15,5 a 23 metros dependendo do trecho. O elevado está a uma altura de 5,5 metros

acima da via a qual sobrepõe-se. Está localizado no centro histórico da cidade, partindo da Praça Roosevelt na Consolação, cruza o bairro de Vila Buarque, a Avenida São João e segue cortando os bairros de Santa Cecília, Campos Elíseos, Barra Funda, terminando no Largo Padre Péricles em Perdizes, no início da Avenida Francisco Matarazzo. Foi inaugurado em 24 de janeiro de 1971 durante as comemorações do aniversário de 417 anos da cidade, e por mais de 40 anos foi chamado oficialmente de Elevado Marechal Costa e Silva, mas é também popularmente conhecido como Minhocão.

Mapa 2- Localização da área de estudo: Elevado João Goulart – Minhocão



Fonte de dados :IBGE. Imagem: BaseMap Elaboração do mapa: Olga Paz

O Minhocão, ou Elevado presidente João Goulart, teve seu nome modificado em agosto de 2015 pelo programa municipal “Ruas da Memória”, que alterou a nomenclatura de logradouros públicos cujos nomes estivessem relacionados à ditadura militar. O Marechal Costa e Silva foi o segundo presidente da república nomeado pelo regime vigente no país entre 1964 e 1985, e foi o responsável pela nomeação do então prefeito da cidade, Paulo Maluf, em 1969. Neste período do regime político-militar vigorava o Ato Institucional nº5 que suprimiu as liberdades políticas, de expressão e de imprensa, e foi neste contexto que Maluf iniciou efetivamente a obra e a inaugurou 11 meses depois. O início da construção ocorreu sem a consulta aos moradores do entorno, muito menos um amplo debate na cidade. Em homenagem ao presidente Costa e Silva, o prefeito da cidade batizou a monumental obra pública homonimamente ao militar.

Para analisar o “Minhocão”, desde sua construção, até os impasses de sua situação atual, entre o uso funcional como via expressa para veículos e a apropriação da população em dias específicos para outras formas de uso, é preciso contextualizá-lo dentro do processo de urbanização capitalista da cidade de São Paulo.

Ao que aqui denominamos de processo de “urbanização capitalista”, refere-se mais especificamente às mudanças profundas e estruturais na cidade a partir do final do século XIX, tendo um primeiro ciclo que se estende até a crise do café em 1929. Nesse período, a cidade demarca o fim da predominância da paisagem rural característica do ciclo colonial, para o início da “revolução industrial tardia”, que tem a economia cafeeira como eixo central e propulsor do processo de urbanização da cidade. O tecido urbano cresce a partir do centro, então moradia das elites cafeeiras e ponto de encontro das linhas férreas que escoavam a produção.

O acelerado crescimento demográfico, impulsionado pelo aporte populacional oriundo do êxodo rural das lavouras cafeeiras, bem como da chegada de população imigrante incentivada por políticas de estado, em detrimento de políticas de integração produtiva da população negra paulista no pós-abolição, resultou no deslocamento das elites de seus locais de moradia, e se fez necessário criar novos loteamentos e bairros, inicialmente Higienópolis e

Avenida Paulista e posteriormente no sentido do eixo sudoeste da cidade, isto é, a partir do centro em direção às margens do rio Pinheiros.

De local privilegiado de moradia das elites, o centro passou a concentrar as atividades produtivas necessárias para a circulação e expansão do capital: as atividades bancárias, jurídicas, burocráticas, de comunicação, serviços e comércio. Desse modo, a região central, constituída como ponto de chegada da cidade, deixa de ser local de moradia exclusivo das elites e passa a absorver populações de renda média e baixa, muitas vezes residindo em habitações insalubres, como cortiços, pensões, hotéis e casas de cômodos.

Os principais bairros que são cortados pelo Minhocão como Santa Cecília, Campos Elíseos e Barra Funda, fazem parte de um conjunto de bairros em torno do centro da cidade e que possuem, desde o início do século XX, um processo de ocupação não-homogênea, uma vez que abrigam pessoas de diversas classes sociais, e são caracterizados pelo uso misto de moradias com atividades de comércio, pequenas indústrias (sobretudo na Barra Funda) e serviços diversos.

A presença da população mais pobre no centro da cidade, ajudou a produzir um discurso de “degradação urbana” dessa região segundo a opinião pública. Esse discurso, muitas vezes produzido pelo Estado, cumpre papel estratégico em diversos momentos e será bastante utilizado para fundamentar projetos de “revitalização” da região central, como veremos mais adiante, em especial sobre as destinações para o “Minhocão”.



Foto 1- Cortiço observado do Elevado



Fonte: Olga Paz, 2015

A crise do café na década de 1930, também demarca uma transição estrutural que condicionou o “planejamento urbano” da cidade: a adoção de um modelo de urbanização capitalista inspirado em cidades norte-americanas que tem no uso do automóvel o vetor principal para o desenho e constituição do tecido urbano, marcado pela construção de grandes obras viárias destinadas aos veículos, o que muitos especialistas e estudiosos denominaram “rodoviarismo”. Em São Paulo, a partir da década de 1930, todos os planos e intervenções urbanas engendradas por um Estado orientado a dar apoio e sustentação à expansão do capital, conduziram-se neste sentido. A malha férrea da cidade, antes ligada à produção cafeeira e ao abastecimento da cidade, passa a ser utilizada exclusivamente para o transporte de passageiros que não possuíam recursos financeiros suficientes para residir na região central, produzindo assim uma expansão horizontal desenfreada do tecido urbano da cidade no sentido periférico.

O modelo urbano adotado era condizente e coincidente ao novo ciclo de industrialização de base fordista, fazendo a cidade de São Paulo crescer em ritmo acelerado nos anos 1940, 1950 e 1960, também impulsionada pela expansão econômica do capitalismo em nível mundial no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

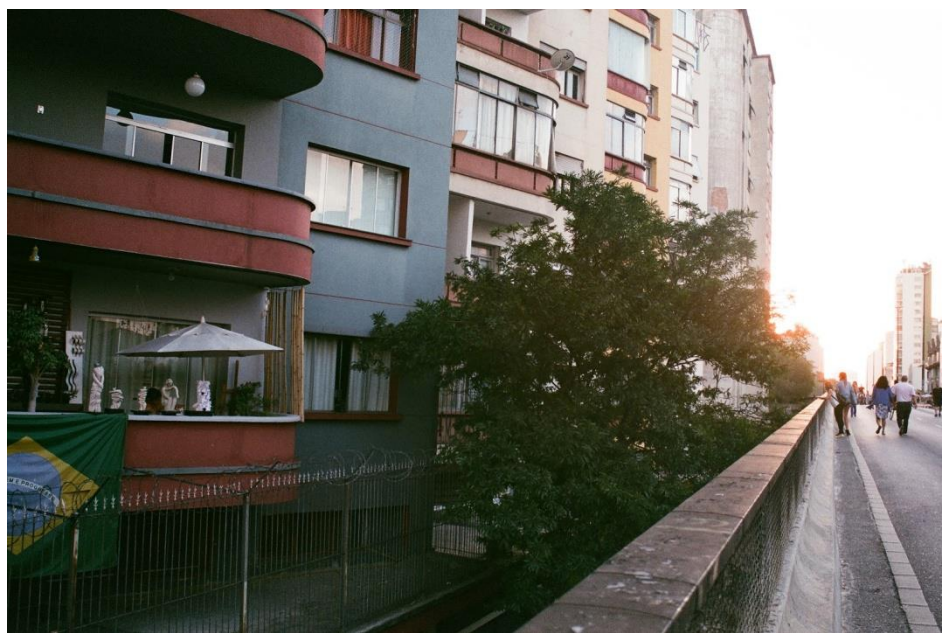
Um novo ciclo de expansão do capital industrial ocorre a partir da década de 1950, quando o estado brasileiro promove a abertura do mercado nacional para as indústrias do setor automobilístico, e novos agentes econômicos sediam a produção na região metropolitana da cidade, constituindo uma base operária que terá papel fundamental no processo político de redemocratização do país na década seguinte.

Desde sua inauguração, o Minhocão permeou o debate e a reflexão crítica sobre o modelo de urbanização adotado pela cidade, e antes de ser inaugurado foi objeto de questionamento por parte de urbanistas, ambientalistas e de parte da opinião pública. O projeto do Minhocão foi idealizado na gestão do prefeito Faria Lima (1965-1969), anterior à Paulo Maluf, porém não foi executado naquele momento e sofreu manifestações contrárias de técnicos e da população. Já nesta época, uma das questões fundamentais que permeava o debate público em torno do Minhocão eram os custos que uma obra destinada ao trânsito exclusivo de veículos para transporte individual representaria diante das demandas e do planejamento previsto para execução de linhas de metrô. Os defensores do projeto argumentaram que o Minhocão seria a primeira via expressa a realizar uma ligação estrutural entre as regiões leste e oeste da cidade, pois o seu traçado partindo do centro inicia onde deságuam as vias expressas que interligam a radial leste à região central.

## 2. A desvalorização e Resignificação do Elevado

No início dos anos 1970 a Avenida Amaral Gurgel já era caracterizada pela verticalização com a presença de diversos edifícios residenciais, em toda sua extensão, além de comércios e serviços. A proximidade dos limites laterais da estrutura viária com relação às edificações lindeiras em muitos pontos do Minhocão chega a pouco mais de 5 metros.

Foto 2 - Vista do elevado para a sacada de um dos apartamentos da Rua Amaral Gurgel



Fonte: Olga Paz, 2015.

Como era previsto, o elevado provocou poluição sonora, atmosférica e visual a níveis insalubres para muitos residentes nestes edifícios, o que provocou uma acelerada desvalorização imobiliária e a queda no preço dos aluguéis desses imóveis, atraindo um público de renda mais baixa. Ao cobrir a avenida, o elevado passou a impedir a passagem de sol, provocando sombra, baixa luminosidade e o acúmulo de poluição embaixo da via. Dessa forma, o Minhocão, ao longo de toda sua extensão, passou a servir de abrigo e até moradia para a população de rua do centro que aumentou consideravelmente a partir dos anos 1980 e 1990, em função de crises econômicas e desemprego.

A partir da década de 1970, São Paulo apresentou um aumento gradativo e acelerado de sua frota de veículos, aprofundando os problemas de mobilidade urbana em ampla escala. Já em 1976, um conjunto de fatores,

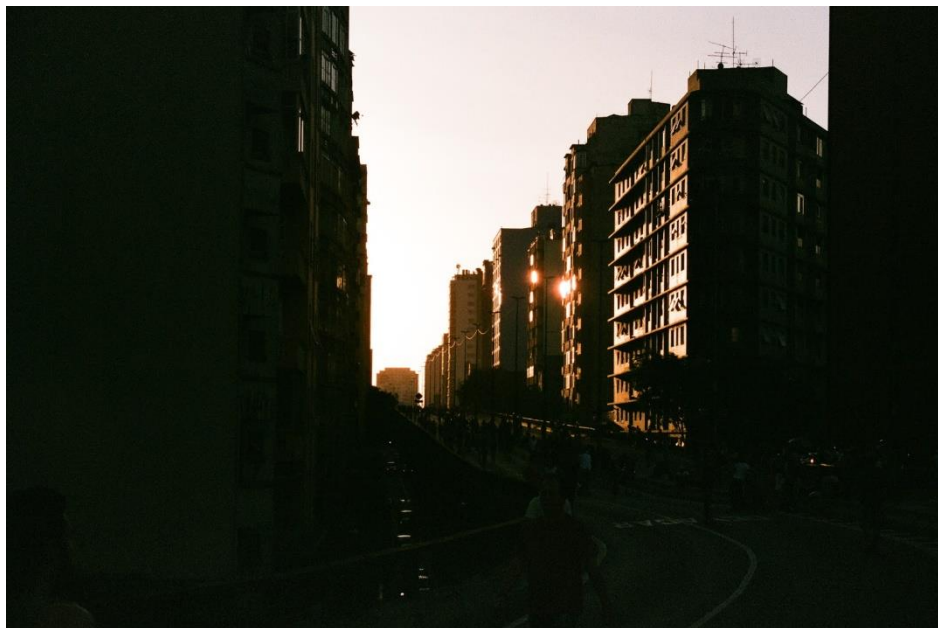
dentre os quais a poluição sonora e ambiental e os altos índices de acidentes, fizeram o poder público municipal adotar medidas de restrição para o tráfego de veículos no Minhocão durante o período noturno.

A “Associação Parque Minhocão” aponta que na década de 1980, arquitetos, urbanistas e outros especialistas já discutiam a possibilidade de propor o desmonte da estrutura. A partir dos anos 2000 a discussão sobre a transformação em Parque Linear, a exemplo do que ocorreu com outras vias expressas semelhantes em cidades como Nova York e Paris, foi integrada aos projetos. No caso de Nova York, o Parque HighLine, aberto ao público em 2009, teve seu projeto idealizado por uma comunidade de moradores de uma região onde se encontra uma antiga linha de trem que atravessa três bairros da cidade, e que foi abandonada durante a década de 1980.

Em 1989, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, ampliou o horário de fechamento diário do Minhocão para veículos no período noturno. Além disso, adotou o fechamento total da via expressa aos domingos e feriados quando o elevado passou a ser aberto apenas para os pedestres, que passaram a utilizá-lo como espaço público para realização de atividades esportivas, de lazer e cultura. A medida demarca o início de uma nova forma de apropriação e uso desse espaço público, mesmo que mediada e controlada pelo Estado, mas que não havia sido prevista inicialmente. Abria-se ali um espaço para o desenvolvimento de outro olhar da população sobre este local, uma nova forma de interação social que deveria influenciar a discussão sobre o direito à cidade nos anos seguintes.



Foto 3- Fim de tarde de sábado com pedestres caminhando no Elevado.



Fonte: Olga Paz, 2015

### **2.1 A narrativa da “degradação” do Minhocão à luz das operações urbanas no centro**

Nos anos 1990, o discurso e a percepção sobre o processo de deterioração urbana da região central da cidade ganha força na opinião pública, sobretudo ao se referir sobre algumas áreas específicas como o entorno do Minhocão e à chamada Cracolândia (região entre a Estação Luz e os Campos Elíseos, que passou a concentrar uma população usuária de “crack”, droga de baixo custo, subproduto da cocaína que populariza-se na década de 1990). Apesar da região central ser dotada de boa infraestrutura de transporte, comércios e serviços públicos, sofre um decréscimo populacional expressivo no decênio de 1991 a 2000, enquanto outras regiões da cidade, especialmente as periferias, cresciam em proporção inversa. Segundo o Censo de 2000 os distritos centrais e intermediários da cidade tiveram uma "taxa geométrica decrescente" . Nos anos 1970, a taxa de crescimento era de 3,7%, na década de 1980, foi de 1,2% e nos anos 1990, o índice se aproximou de 0,72%.

A formulação de um discurso público que define e caracteriza uma determinada área como “degradada”, a despeito de um olhar mais cuidadoso e apurado, funciona como elemento estratégico que legitima intervenções urbanas agressivas e incidem de forma violenta, sobretudo para populações marginalizadas e/ou violadas de seu direito à cidade.

Ao assumir a Prefeitura de São Paulo novamente em 1993, Paulo Maluf retoma os grandes investimentos públicos em obras viárias de grande proporção, concentradas no eixo sudoeste da cidade por meio de “parcerias” com agentes do capital financeiro e imobiliário, setor em franca expansão. Nesse contexto, são criadas as “Operações Urbanas Consorciadas”, inicialmente denominadas “Operações Urbanas”. Esse novo modelo de urbanização da cidade passa a ser utilizado para orientar os investimentos públicos no tecido urbano a partir da melhoria de infraestrutura em áreas de interesse de expansão do capital financeiro e imobiliário, atraindo recursos a partir da venda e liberação de potencial construtivo dessas áreas. Os agentes econômicos, como empresas e grupos de investidores se tornam co-participes do processo de urbanização. As Operações Urbanas prosseguiram ao longo

das gestões do Prefeito Celso Pitta (1997 a 2000) e da Prefeita Marta Suplicy (2001 a 2004), em especial na execução da Operação Urbana Faria Lima e em todo eixo de investimentos e intervenções urbanísticas às margens do Rio Pinheiros. O centro histórico da cidade não era prioridade para o investimento público e privado naquele momento, colaborando para o aprofundamento do discurso de deterioração da região central.

Em 2014, durante as discussões de elaboração do Plano Diretor de São Paulo, realizado através de um processo que se propõe participativo e que busca debate com a sociedade, foi proposto um texto genérico que determinou que uma "gradual restrição ao transporte individual motorizado no elevado definindo prazos até sua completa desativação como via de tráfego, sua demolição ou transformação parcial ou integral em parque". O texto foi inserido em um artigo que tratava da ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental). Para promover o PL 10/2014, foi montada a Associação Parque Minhocão, uma associação sem fins lucrativos que, no entanto, promove negócios muito lucrativos para seus associados e clientes. Dentre os socios estão políticos, empresários, proprietários de imóveis, representantes do mercado imobiliário, dentre outros.

A partir desses eventos torna-se cada vez mais relevante construir uma reflexão crítica a respeito dos futuros do Elevado, investigando os fatores que atuaram como pano de fundo para o processo de desvalorização dos bairros do entorno, e jogar luz sobre os agentes responsáveis pelas novas propostas para o Minhocão e seus objetivos.

### 3. Os processos de desvalorização e revitalização do centro e seus agentes

Diante da escassez de terra disponível na cidade de São Paulo, os bairros centrais tornaram-se objeto de disputa entre o interesse público e o capital imobiliário. A partir de 2000 se intensifica a implementação de propostas de revitalização e reprodução do espaço de bairros históricos para o interesse do capital, como o projeto Nova Luz<sup>1</sup>. Tais projetos se estruturam a partir de prioridades definidas por diferentes setores do capital privado, que se organizam e articulam, muitas vezes através de entidades não governamentais, para ocupar espaços deliberativos viabilizados pelo Estado.

A *Viva o Centro*, entidade não governamental profundamente ligada a políticas de renovação e substituição dos conteúdos dos bairros centrais, e que conta com a participação de expoentes importantes do mundo corporativo e com o apoio de agentes como o Banco de Boston, o Banco Itaú, a Bolsa do Comércio e a Porto Seguro. A associação atuou em defesa da proibição de vendedores ambulantes junto à Comissão ProCentro em 1997 (CANTON, 2007), medida notoriamente higienista.

As ideias de revitalização dos bairros centrais estão inscritas no contexto de metropolização de São Paulo, considerada a Cidade Global do Brasil. Essas cidades apresentam economias dinâmicas, capazes de atrair investimentos e exercer influência cultural em escala local e global.

O antigo centro, degradado pelas próprias contradições internas dos processos de urbanização, é cenário perfeito para projetos de renovação ligados à cultura e à arte, dado a quantidade de construções e localidades simbólicas e históricas que ali se encontram. Nessas localidades é possível angariar investimentos em turismo, serviços e lazer, contanto que o poder

---

<sup>1</sup> O *Nova Luz* foi um projeto que se dizia de *revitalização urbana* que atuaria através de concessões urbanísticas no bairro Santa Ifigênia, onde encontra-se a região conhecida como Cracolândia. Se levado a cabo, ao final das obras, pelo menos 89 imóveis teriam sido desapropriados para a construção de edifícios comerciais. Muitos deles abrigavam ocupações de movimentos de moradia que atuam no centro. O projeto foi anunciado pela prefeitura de São Paulo no ano de 2005 mas acabou arquivado em 2013, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad.

público os viabilize. Os novos museus de São Paulo, como a Pinacoteca ou o Museu da Língua Portuguesa, contribuem para tal viabilização. O público que frequenta esses espaços, no entanto, não é formado pela população que reside nessa região, mas por pessoas provenientes da classe média e alta. Além disso, para esses três casos, foram adquiridos imóveis com alto valor simbólico, como o antigo galpão da Estação da Luz, estes edifícios históricos foram objetos de intervenções de refuncionalização visando abrigar novos usos ligados a equipamentos de cultura erudita, fortalecendo a idéia da cultura como âncora de processo de valorização imobiliária, que entretanto, até o momento não se consolidaram. No processo ainda há a garantia da realização da reprodução do capital financeiro em obras como a da Sala São Paulo, onde toda a iluminação foi elaborada e executada pela multinacional Philips em um contrato milionário. Por fim, essa conjunção de fatores tem como resultado a substituição dos conteúdos considerados degradados, e a realização da reprodução do capital através da reinserção do centro no circuito produtivo do mercado imobiliário.

Tais propostas são, via de regra, executadas através de financiamentos e parcerias público-privadas, que se legitimam a partir das ferramentas jurídicas instituídas pelo próprio planejamento estratégico da cidade. Em muitos casos, essas parcerias contam com investimento do governo para a execução de operações urbanas que, além de providenciar a modernização dos equipamentos urbanos necessária para a execução e atração do capital que aí vai se instalar<sup>2</sup>, trabalha indiretamente para a valorização dos terrenos recém adquiridos pelas empreiteiras, numa lógica de transferência do dinheiro público para o capital privado.

Assim, embora se apresente através de uma lei que se propõe democrática, contando com instâncias deliberativas constituídas por representantes da sociedade civil, se torna um instrumento que atua em favor da reprodução capitalista da cidade.

Nesse contexto inserem-se os projetos para o novo uso do Minhocão, ligados a um novo planejamento estratégico da cidade de São Paulo, capaz de

---

<sup>2</sup> Um exemplo esclarecedor sobre esse processo foi a Operação Urbana Consorciada Faria Lima, que instalou toda a infraestrutura necessária para a atração dos centros de empresas multinacionais na Avenida que hoje possui um dos metros quadrados mais caros da América Latina.

alterar o entorno do viaduto, que corta toda a extensão do centro, e disponibilizá-lo para ser apropriado pelo mercado imobiliário.

Desde sua criação, a obra foi contestada e, ao longo de seus quarenta e seis anos de existência, provocou a desvalorização imobiliária de seu entorno, poluição visual e sonora e degradação de áreas antes consideradas nobres da cidade. Entre os paulistanos cresceu a fama de que os arredores do Minhocão, como as redondezas do metrô Marechal Deodoro, são lugares perigosos, ligadas ao uso de drogas, a presença de moradores de rua, além de esteticamente desagradáveis.

Por esses motivos, o fim do Elevado é também uma vontade de uma pequena parte da população paulistana, principalmente dos moradores das áreas mais nobres como Higienópolis e Pacaembu. Uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha em 2014 demonstrou que, entre 1.121 moradores, 53% foram a favor da manutenção do Elevado, 23% votaram pelo Parque Linear, 7% disseram querer seu desmonte e 17% não souberam opinar.

A seguir, procuraremos detalhar os processos que levaram ao surgimento dos discursos de revitalização, investigando quais são os atores que estão em disputa nessa região.

### **3.1. Sobre o processo de desvalorização do antigo centro de São Paulo**

A produção e reprodução da cidade de São Paulo, não pode ser compreendida se abstraída da totalidade dos processos de reprodução do capital, e precisa ser considerada tanto a partir do lugar que ocupa enquanto grande metrópole brasileira como enquanto metrópole global, subordinada à hierarquia urbana mundial.

Partindo da noção de que a produção do espaço é um “(...) processo desigual de subordinação das parcelas do espaço.”(CARLOS, 1994), podemos considerar que a evolução da metrópole paulistana passou pelo processo de reestruturação produtiva, que culminou na desconcentração industrial, levando a uma profunda transformação dos conteúdos urbanos do município de São Paulo. Isto é, ocorreu um deslocamento da indústria para outras localidades metropolitanas e, mais recentemente, para municípios do interior, ainda na esfera de influência da metrópole. Contudo, a desconcentração das indústrias

não significou dispersão de capital, pelo contrário, representou o processo de concentração financeira e financeirização da cidade.

O processo de mundialização estabelece uma nova dinâmica espacial para realizar-se (CARLOS, 2005), fruto desta nova divisão espacial do trabalho, e se torna necessário para a cidade abrigar sedes e centros decisórios de empresas ligadas ao setor financeiro.

A realização do capital financeiro se dá através dos investimentos no mercado imobiliário. A partir dos anos 1970, ocorre o deslocamento da centralidade no sentido sudoeste, saindo do centro velho, passando pela Av. Paulista e depois pelas Avenidas Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini. Além da realização do capital, outro fator que pode ter sido responsável por esse deslocamento é a criação de novas necessidades técnicas e de nova infraestrutura capaz de receber os modernos escritórios do setor financeiro.

Todo esse processo se deu com o auxílio do poder público através de operações urbanas, como foi o caso da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, executada nos anos 1970. O projeto foi responsável pela reestruturação da Avenida Faria Lima, de onde foi retirada uma favela, tornando disponíveis novos terrenos que hoje estão completamente construídos com edifícios de alta tecnologia que recebem diversas empresas, nacionais e multinacionais.

O centro velho, por sua vez, apresentava já naquela época, sinais de obsolescência no tocante à infraestrutura, o que fez com que muitas empresas se deslocassem para os novos centros. Os usos residenciais também perderam expressividade, uma vez que as classes mais abastadas procuram novos bairros para estabelecer-se, de acordo com a mudança dos padrões arquitetônicos ao longo dos anos, em geral seguindo também o vetor sudoeste.

Dessa forma, o centro velho passa a possuir grande número de edifícios ociosos, muitos dos quais são disputados pelos movimentos de moradia, além de abrigar população com nível de renda inferior ao da ocupação anterior. Para áreas diretamente afetadas pelo Elevado, o quadro é ainda mais complexo. Durante o período entre os anos 1930 até 1950, a rua Amaral Gurgel, a Av. São João, e o entorno da Praça Marechal Deodoro, representavam eixos de expansão do setor imobiliário, sendo parte do chamado “centro novo”, uma vez que não faziam parte do triângulo histórico onde se deu a ocupação tradicional do centro.

A área se adensou rapidamente e ganhou imóveis luxuosos, projetados por importantes arquitetos do período. Ali também se encontravam casarões e hotéis de luxo.

Em 1959, também na Rua Amaral Gurgel, é anunciado no jornal OESP, de 07 de junho, o lançamento do Edifício Sul Americana, projeto dos arquitetos Plínio Croce e Roberto Aflalo, com a seguinte propaganda: *“Imponente empreendimento residencial. Em localização privilegiada: rua Marquês de Itú, esquina com rua Amaral Gurgel (futura Av. Amaral Gurgel – Segunda Perimetral de S. Paulo). [...] Nenhum problema de condução. A situação de localização do Edifício Sul Americana é acessível a todos os demais pontos do centro: comércio, zona bancária, divertimentos etc [...] Na melhor zona residencial – em pleno coração da cidade [...]”* (ASSUNÇÃO, 2016, p. 78)

Já na década de 1950 os empreendimentos passaram a deslocar-se para a Avenida Paulista, dando início a um processo de desvalorização do eixo da Avenida São João. Nesse momento, os problemas que o centro apresentava preocupavam os urbanistas e eram muitos: superconcentração de funções, grandes congestionamentos e escassez de terrenos suficientemente grandes e atraentes para o mercado imobiliário. As galerias e centros comerciais, que ali foram construídas nas décadas passadas, também apresentavam sinais de obsolescência devido ao início das construções de shoppings centers.

Poucos edifícios foram construídos nos anos 1960 nos eixos da São João e da Amaral Gurgel. Desde meados dos anos 1950 a região da Avenida Paulista e Jardins começou a atrair o mercado imobiliário – que buscava terrenos maiores e áreas menos congestionadas para atender a classe média alta, que cada vez mais aceitava morar em apartamentos – e se transformou, em menos de 10 anos, na região protagonista dos lançamentos de imóveis da cidade, ofuscando de vez a Avenida São João e seu eixo quando, em 1969, foi iniciada a construção do Minhocão. (Assunção, 2016. p.84 )

As obras para a construção do Minhocão foram onerosas e, embora tenham sido concluídas no tempo recorde de onze meses, foram marcadas pelo aumento considerável dos congestionamentos e pelas críticas da mídia. No momento de sua conclusão, muitos moradores dos edifícios próximos já haviam se mudado.

O maior impacto do Minhocão, contudo, não foi o da forma de sua estrutura, mas o de suas proporções na calha viária. No trecho das avenidas São João e General Olímpio da Silveira, o elevado situa-se a poucos metros das janelas dos apartamentos. Com sua vida doméstica devassada e níveis intoleráveis de poluição, os moradores



que puderam se mudaram. Em poucos anos, os edifícios perderam seu perfil de classe média, passando a ser ocupados por moradores de baixa renda. Com pouca manutenção e adaptados ao novo perfil dos moradores, a sofisticada arquitetura dos edifícios ao longo do elevado se deteriorou esteticamente. (ANELLI; SEIXAS, 2008, p.68-70)

Embora a desvalorização do entorno do Minhocão faça parte de um contexto maior de desvalorização do centro como um todo, inscritos no movimento cíclico e crítico do capital, a construção do Elevado acelerou e contribuiu fortemente para o processo de substituição da população dominante na região e para o aprofundamento da crise imobiliária e subsequente substituição dos comércios e serviços nobres pelos populares. Em adição a isso, como resultado e causa da desvalorização, nos baixos do Elevado passaram a abrigar-se moradores de rua e atividades marginalizadas como a prostituição.

A rejeição foi tamanha que em 1976, passados cinco anos do fim da construção, já existiam arquitetos pautando a demolição do viaduto, que rapidamente foi considerado obsoleto e de pouca utilidade enquanto projeto para a mobilidade urbana. À medida que a desvalorização da região ganhou força, as discussões sobre o Elevado perderam apelo midiático e só vieram à tona mais recentemente, depois dos anos 2000.

### **3.2. O capital financeiro enquanto agente reestruturador do centro**

Os discursos que defendem a ressignificação ou total destruição do Minhocão ganharam força nas últimas décadas, muitas vezes fazendo coro com as demandas do capital privado, que encontra ali uma valiosa possibilidade de reprodução.

A partir do ano 2000 dá-se início a uma espécie de redescoberta do Centro Velho como uma nova fronteira de investimento imobiliário, e o setor reforça o discurso sobre as vantagens de morar próximo ao comércio, ao transporte, equipamentos de cultura e às áreas mais privilegiadas da cidade.

Recentemente, o público jovem adulto e universitário de classe média e alta passou a se interessar pela região devido à abertura do Minhocão nos finais de semana e sua ocupação por feiras livres, peças de teatro e festivais independentes, processo que também se dá em outros bairros do centro, como

Bixiga e Santa Cecília. O mercado imobiliário, em reaquecimento no centro, já utiliza o Elevado como fator de valorização, a despeito do que foi feito antes, mesmo sem que qualquer decisão para o impasse seja tomada.

A reestruturação produtiva tornou a cidade condição e meio para a efetivação do capital financeiro, transformando-a em mercadoria. Como vimos, as articulações que almejam viabilizar propostas de reestruturação urbana utilizam de sua influência econômica e de um discurso ideológico poderoso, capaz de apontar os conteúdos urbanos que caracterizam a degradação do centro de São Paulo. Nesse sentido, é o próprio capital financeiro o mais expressivo defensor desses ideais, uma vez que é de seu interesse sua reprodução através da transformação da cidade.

A seguir discutiremos os projetos apresentados como alternativa para a renovação do Elevado e a narrativa que eles pressupõem.

### **3.3 Projetos e projeções para o Minhocão**

Em 2005, trinta anos após a construção do Minhocão, a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) desenvolveu um estudo preliminar que propunha a demolição parcial do viaduto, da altura da Avenida São João até o Largo Padre Péricles, mantendo o trecho responsável pela ligação do centro com a Radial Leste. Um dos argumentos favoráveis à demolição é a possível valorização dos imóveis do entorno e o aumento da arrecadação (que poderia até mesmo triplicar). No entanto, existem dois problemas operacionais a serem considerados: o custo da demolição e o impacto no trânsito dos arredores.

A partir do ano 2000, com o fechamento do Elevado aos finais de semana e feriados, surgem novos usos para o espaço que adicionam ao debate os projetos que defendem a manutenção da estrutura para sua transformação em área de lazer, a exemplo de soluções encontradas para algumas das Highways americanas, como Parque High Line<sup>33</sup>.

Em 2006 aconteceu o 2º Prêmio Prestes Maia de Urbanismo, proposto pela EMURB ( Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo) e aberto a

---

<sup>33</sup> O High Line é um parque construído sob os trilhos de uma linha férrea elevada a oito metros do solo, em Nova York que foi abandonada na década 1980. O parque possui 2,5km de extensão e corta três bairros que costumavam ser industriais. Recentemente, após a criação do parque, os ex galpões industriais estão gradativamente ganhando novos usos, muitos deles tornando-se galerias de arte. OS entornos do parque, antes degradados, também ganharam nova estrutura de bares e restaurantes.

engenheiros civis e arquitetos, e que premia projetos para soluções de problemas da metrópole. Nesta edição, o tema foi o Minhocão, com objetivo de estimular o debate sobre o futuro do viaduto e incentivar a criação de propostas de intervenção que solucionassem os principais problemas da região. Os primeiros três colocados defendem a manutenção do elevado, propondo a implementação de novos usos para ele. No entanto as pranchas dos projetos colocam em evidencia um novo perfil de morador para a região: um público mais abastado

Depois da aprovação do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo de 2014, que determina o fim do Minhocão enquanto via expressa, acentuam-se os debates, e passam a existir associações de bairro e grupos organizados<sup>4</sup> que defendem ambos os lados.

Entre os que propõem soluções para o Elevado estão os partidários de sua demolição por completo e os que apoiam sua transformação em parque linear, tal qual ocorreu em Nova York com o parque High Line.

Para os partidários da demolição do Minhocão, os principais argumentos variam entre a instalação massiva de moradores de rua na sombra permanente abaixo do Minhocão, a proximidade da obra com as janelas das casas do arredor, que chegam a distar até 5 metros (ANELLI e SEIXAS, 2008) até o peso simbólico do Elevado. Há exemplos de sucesso como o viaduto de Boston, demolido e substituído por túneis subterrâneos, e o caso Espanhol, onde o viaduto deu lugar a vias semi-subterrâneas. As propostas variam entre aquelas que são favoráveis à demolição completa da estrutura, e aquelas que advogam pela sua manutenção parcial e reapropriação para a criação de equipamentos de cultura. O custo para sua demolição seria demasiadamente elevado, pois geraria grande quantidade de entulho e a necessidade de criação de outras rotas para abrigar o trânsito que hoje escoava pelo viaduto. Além disso, a demolição causaria transtorno aos moradores do entorno.

Segundo Anelli e Seixs, os moradores da região, em sua maioria, são favoráveis à manutenção do Elevado:

[...] são quase unânimes quanto a sua manutenção porque intuem que a reurbanização da área, e a consequente revalorização dos

---

<sup>4</sup> Caso da Associação Amigos do Minhocão, inspirados na nova iorkina Associação dos Amigos da High Line, que pressionaram o poder público para que a criação do parque acontecesse. Quase 50 milhões de dólares foram investidos no parque.

imóveis da região, acabaria por expulsá-los daquele lugar [...] uma região que, apesar de abominada pela maioria dos paulistanos [...] possui infraestrutura de transportes e serviços totalmente instalada a baixos custos para os que vivem no local. (Anelli e Seixas, 2008, p. 81)

As propostas de manutenção são muito diversas, mas estão, em linhas gerais, relacionadas à sua transformação em equipamento de cultura, parque linear ou passarela exclusiva de pedestres, coordenado com a construção de salas de exposição ou cinema. Entre os argumentos contrários a essa proposta, estão o impacto que a mudança causaria no trânsito paulistano, o custo elevado das obras e a manutenção de problemas que já existem, como a presença de usuários de droga e moradores de rua embaixo da estrutura do Minhocão, e a poluição sonora causada pela proximidade do parque às janelas dos edifícios.

### 3.4 O 2º Prêmio Prestes Maia de Urbanismo e seus termos de referência

Em 2006 foi realizada a 2ª edição do Prêmio Prestes Maia de urbanismo, e o tema escolhido foi: “soluções de intervenção para o Elevado Costa e Silva”, com o intuito de que os proponentes apresentassem projetos relacionados a novas formas de gestão da cidade para a superação dos antigos modelos.

[...] o 2º Prêmio Prestes Maia proporcionou a oportunidade de questionamento e de revisão do modelo de urbanismo internacionalmente aplicado a partir dos anos 1960 que propunha a construção de grandes estruturas viárias voltadas para atender o fluxo de trânsito de automóveis particulares. (CASTRO, MELLO e ARTIGAS, 2008, p.76)

Nessa edição, a premiação optou por um recorte inovador em relação aos projetos submetidos, em que se pode observar um posicionamento favorável à transformação do Elevado, o que se justifica através da construção de um discurso pejorativo sobre o viaduto e seu entorno, renegando a população local.

Os projetos e o Prêmio Prestes Maia buscam resolver os problemas dessa área central, partindo da desqualificação total do lugar que tem sido chamado de “zona de sombras”, por onde circulam os considerados indesejáveis do chamado submundo como as prostitutas e travestis, a população em situação de rua, os pichadores, entre outros. (NITO e SCIFONI, 2017, p.40 )

Um dos termos utilizados para referir-se ao Elevado é *Cicatriz Urbana*, “algo que feriu o tecido da cidade de São Paulo e que, portanto, necessita de “propostas de intervenção para a recuperação urbana e ambiental” (CASTRO, MELLO e ARTIGAS, 2008).

#### 4. O Elevado como fronteira urbana

Os projetos e propostas para o futuro do Elevado parecem nascer de uma mesma noção normalizadora do espaço, segundo a qual o Minhocão e os bairros ao redor representam uma espécie de fronteira urbana. Essa ideia só se justifica, no entanto, se pensada da mesma maneira civilizatória citada na explanação de Neil Smith (2007) para a situação dos bairros centrais de Nova York: as regiões degradadas da cidade abrigam tudo aquilo considerado *bárbaro* para o contexto urbano mas que, num esforço civilizatório, ainda pode ser recuperada “(...) como parte da experiência da suburbanização, a cidade americana veio a ser vista, pela classe média branca, como um lugar selvagem.” Traçando um paralelo com o contexto paulistano, podemos considerar que, tal qual a classe média e alta Nova Yorkina, as classes mais abastadas de São Paulo foram atraídas para novos bairros produzidos em áreas suburbanas, muitas vezes localizadas em outros municípios garantindo a existência de grandes loteamentos, espaços verdes, tranquilidade e segurança, tudo aquilo que formula a antítese da cidade no imaginário comum.

Recentemente, uma nova ideologia para o urbano, ligada à transformação e “civilização” do centro tem ganhado projeção, apropriando-se da arte e da cultura como maneira de preencher esses espaços, numa espécie de movimento de renascimento do urbano (SMITH, 2007.). Como pode ser observado, por exemplo, em projetos de compensação ambiental através de jardins verticais implementados em prédios nos arredores do Elevado. Através de um decreto (nº 55.994) apresentado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente foi aprovado pela prefeitura de São Paulo em 2015, mas foi barrado pelo ministério público em 2017, que instaurou um inquérito para apurar os Termos de Compromisso Ambiental e apurou que as paredes verdes não equivalem à função e ganhos ambientais que proporcionados árvores adultas.

Fotografia 4: Vista do Elevado onde é possível observar jardim vertical em um dos prédios da Rua Amaral Gurgel.



Fonte: Olga Paz. Fevereiro, 2017.

Para além do avanço do capital privado, essa noção também se faz presente no discurso propagado por alguns grupos favoráveis à “ocupação do centro”, entre eles: coletivos que organizam festas de rua, grupos de teatro, e organizadores de festivais. As propostas desses grupos está atrelada à uma ocupação e utilização das ruas e nem sempre são acompanhadas de real integração com os moradores do entorno, uma vez que para ocupar o centro é preciso que exista um centro sem ocupantes, assim como só é possível revitalizar espaços que deixaram de ter vida.

A imagem contemporânea da fronteira urbana implicitamente trata os atuais moradores da área central como um elemento natural do meio físico a que pertencem [...] transmite a ideia de uma cidade que ainda não é socialmente habitada. (SMITH, 2007, p.16)

O fator que define quais espaços precisam ou não ser ocupados ou revitalizados é a sua "degradação" física e a consequente ocupação por grupos de renda mais baixas, que fazem parte do estigma do urbano degradado. Ainda que a intenção não seja expulsar os habitantes desses espaços, tais discursos acabam engendrando os processos de gentrificação, fazendo coro com discursos propagados por outros grupos, de caráter conservador.

O Minhocão hoje representa um elemento estranho à cidade, barulhento e incômodo, produzindo a diminuição do valor do solo do entorno, e se torna um entrave para o mercado imobiliário, uma fronteira em uma região em pleno processo de revitalização, encarecimento do solo e especulação imobiliária. Dessa maneira, a destruição ou transformação do Minhocão em parque resulta na derrubada dessa fronteira, e a abertura ao capital imobiliário para que esse entorno possa ser também apropriado e preenchidos por empreendimentos e modernos estabelecimentos, que deem novo fôlego ao comércio local e possam atrair a classe média e alta.

O que se projeta como resultado final é a substituição dos conteúdos do centro por uma nova rede de comércio e restaurantes, além de escritórios ligados às funções administrativas ou financeiras e, especialmente no entorno do Minhocão, lançamentos imobiliários destinados a moradias da classe média e classe média alta. Se essa reestruturação se efetivar, podemos esperar que os moradores atuais sejam gradativamente afastados para regiões mais periféricas da cidade, até que o capital entre em um novo ciclo de valorização e desvalorização simultânea.

Se tomarmos o caso do High Line como exemplo, fica evidente que o efeito final da recriação do espaço do Minhocão é o gradativo aumento do preço médio do solo nos arredores. Segundo Oliveira (2016), “(...) o High Line, que se tornou a referência mundial para a criação de parques lineares, contribuiu para o processo de gentrificação do seu entorno, sobretudo por causa da alta dos preços de imóveis.”.

O desmonte do Elevado pode levar à valorização do entorno, criando um enclave de bairros de classe média alta: Higienópolis, Vila Buarque e Barra Funda, livres da ruptura representada pelo Minhocão.



## 5. Apropriações para o lazer e Ressignificações do Elevado

Em 1976, foi definida a primeira restrição de utilização do elevado como via expressa, causada pelo número de acidentes e pela poluição sonora. Em 1989, durante a gestão de Luíza Erundina, a interdição para a circulação de veículos se estendeu das 21:30 às 6:30, aos domingos e feriados.

Apesar do consenso por grande parte do poder público e de muitos urbanistas em produzir um discurso que considera o Elevado um desastre urbanístico, uma “cicatriz” urbana, e que desqualifica completamente o local, assumindo então que este “necessita de uma operação plástica” (NITO e SCIFONE, 2017), após o decreto que previa a sua interdição para veículos aos finais de semana e feriados, foi possível observar inúmeras formas de apropriação, uso social e resignificação que reinventaram o espaço urbano, antes planejado apenas para circulação de carros e de capital. Tais apropriações são justificadas por alguns urbanistas pela “ausência de espaços públicos”, mas tomamos como base neste trabalho tais manifestações artísticas como “Percepções da cidade como local de diálogo e de experiências coletivas que se localizam fora das instituições culturais como museus, televisão, galerias, etc” (NITO e SCIFONE, 2017), uma vez que é possível listar rapidamente uma série de equipamentos, privados e públicos de cultura nos arredores do Elevado, como o Parque da Água Branca, a Praça Roosevelt, e a Biblioteca Mário de Andrade. Dessa forma, apesar de muito diversas, é possível considerá-las tais apropriações como mobilizações que questionam a lógica da produção do urbano, do espaço como produto a ser comercializado, pois através dela, os cidadãos podem “produzir cultura” ao invés de apenas consumir entretenimento.

Entre as muitas formas de apropriação do espaço para uso cultural e uso social observados durante as diversas caminhadas realizadas para a elaboração deste trabalho, foi possível registrar grafiteiros e pixadores que se utilizavam do espaço como um local de cidadania ativa e expressão popular, apresentações de dança, peças de teatro espontâneas, peças patrocinadas pela iniciativa privada, feiras gastronômicas (*food trucks*), além de churrascos, comemorações de aniversário e mercados de pulgas.

A apropriação do minhocão para o lazer, por parte dos cidadãos pode ser observada como uma promoção do resgate do espaço público como um local de convívio social e cidadania ativa, promovendo o direito à cidade, por outro lado reproduz as demandas da cidade capitalista, relações assimétricas do cotidiano marcado pelo modo de produção capitalista. (OLIVEIRA, 2016)

Foto 5 - Público assistindo a uma apresentação do grupo “Esparrama pela Janela” que acontece na janela de um dos Prédios da Rua Amaral Gurgel.



Fonte: Olga Paz, Fevereiro, 2017.

Foto 6 - Celebração de Aniversário com churrasco no Elevado.



Fonte: Olga Paz, 2015

Apesar da imensa quantidade de projetos arquitetônicos e urbanísticos para o minhocão, que visam intervenções e a transformação deste, como os apresentados para o Prêmio Prestes Maia, poucos e muito recentes são os estudos que levam em consideração o uso e a apropriação social já existentes naquele espaço. Em artigo sobre a experiência do inventário participativo de referências culturais do minhocão, Nito e Scifone (2017), estabelecem seis eixos temáticos como tática de pesquisa para lidar com a complexidade das referências culturais e com a problemática urbana enfrentada. São eles: Cultura, política, LGBT, multiculturalismo e cultura popular. Eixos que nos ajudam a afirmar e entender o Minhocão como um local de atividade cultural multidiversificada, de apropriação e uso social e de vida urbana em sua complexidade, cujo o eixo central fundante é a via elevada.

## **6. Metodologia**

Esta pesquisa foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica, e serviu como base para as reflexões feitas acerca da realidade. Tais reflexões apoiaram-se também em registro fotográfico realizado pela pesquisadora, entre os anos de 2015 e 2017.

A escolha metodológica se justifica, pois, de acordo com Gil (2002), oferece vantagem em que se faz necessária a contextualização histórica, uma vez que “(...) não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.”.

Durante as caminhadas em que foram registradas as fotografias, a pesquisadora teve seu interesse despertado pela nova forma de apropriação do espaço do Elevado, especialmente aos finais de semana e feriados, quando se tornava espaço para manifestações artísticas e culturais, além de sua utilização para o lazer.

## Considerações Finais

Apesar de muitas das apropriações culturais observadas no Minhocão possuírem um caráter questionador da lógica da produção do espaço, como as pichações ou os churrascos e celebrações de aniversário, muitas delas, especialmente aquelas desenvolvidas por moradores de outras regiões da cidade e ou aquelas subsidiadas por investimentos privados, intencionalmente ou não, acabam sendo apropriadas pelo mercado imobiliário, como recurso estético para intensificar ainda mais o processo de valorização e segregação sócio-espacial, compactuando com o processo de valorização da região.

Observamos na apropriação para fins culturais do Elevado um sentido duplo e antagônico, se por um lado torna possível o resgate do espaço público como um local de convívio social e participação cidadã de diversos atores sociais promovendo o direito à cidade, por outro também pode ser utilizado reproduzir as demandas do capital.

"Se, por um lado, o modo lúdico de se apropriar do Minhocão pode agregar um potencial crítico do modo de produção capitalista, através de agenciamentos criativos com a diversidade dos atores e dos eventos, por outro, essa apropriação pode se tornar também um instrumento de manutenção das relações desiguais que perduram nas outras dimensões da vida cotidiana, como o trabalho, a moradia, o meio de transporte e o usufruto da infraestrutura urbana. Nesse caso, os usuários do Minhocão, inclusive durante o tempo do lazer, desempenhariam o papel de meros consumidores do espaço público. As relações, ao invés de produzirem sociabilidades alternativas, reproduziriam a cultura do espetáculo e a dinâmica funcional do uso do espaço. Ao invés de apontar as brechas da trama ideológica que sustenta a divisão espacial, a arte, o jogo e o lazer se tornariam mecanismos de reprodução da dinâmica do capital."(OLIVEIRA, 2016, p. 24)

Na dinâmica de produção do espaço urbano, a predominância do valor de uso em detrimento do valor de troca é estruturada por um discurso ideológico produzido pelas elites fundiária, imobiliária e política, que leva a crer que intervenções na cidade propostas pelas operações urbanas por exemplo, visam o bem de toda a população. Ao considerarmos o valor de uso como

"espaço voltado para a realização da vida cotidiana" (CARLOS, 2012) as mudanças radicais no cotidiano da população causada por tais operações, sobrepõem o valor de uso em relação ao valor de troca.

Em São Paulo, o processo de "revitalização do centro" está vinculado a diversos mecanismos políticos e mercadológicos através dos quais, o planejamento permanece subordinado aos interesses do mercado, e faz do espaço urbano uma mercadoria a ser reproduzida. No caso específico do Minhocão, a retomada do investimento imobiliário num local que passou por um longo período de "degradação" e sem investimento do setor público ou privado, consolida o processo intenso de gentrificação já iniciado no local, caracterizado pela valorização dos imóveis antes ocupados por classes com renda média a baixa e consequentemente a expulsão dos moradores de baixa renda da região. Através do discurso de fracasso urbanístico, representantes do poder público aliados a representantes do mercado imobiliário, estruturam os projetos de intervenções urbanas necessárias para a "revalorização" do entorno do minhocão. No contexto da valorização, as propostas e projetos apresentados para o Minhocão desconsideram a memória coletiva, o contexto e a vida dos que ali vivem. Durante a elaboração da pesquisa, para além da análise em relação aos projetos e propostas de políticas públicas para o futuro do minhocão, ficou evidente que o processo de criação de uma nova fronteira imobiliária, tendo como consequência um processo intenso de gentrificação já se iniciou, e tende a continuar independente da intervenção escolhida. Seja ela a demolição ou a criação de um parque nos moldes do High Line. Fica como reflexão a necessidade de focar estudos, propostas e mobilizar ações que evitem um processo de gentrificação na região, seja através do estado ou através de organizações da sociedade civil ou levantes populares, afirmando a classe trabalhadora como "elemento chave" no processo de transformação do espaço urbano, sendo esta classe a única capaz de por fim a uma segregação dirigida essencialmente a ela (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, o fortalecimento das identidades culturais dos grupos sociais que se encontram em risco em função das necessidades do mercado imobiliário, e a apropriação do elevado como local de sociabilidade, pode constituir uma forma de resistência contra a lógica econômica que defende a constante "renovação da cidade".

## Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Eduardo Luiz de Lima. *Minhocão e arredores: construção, degradação e resiliência (1970-2016)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano.  
\_\_\_\_\_. A reprodução da cidade como “negócio”.

CANTON, André Luíz. A Baixada do Glicério no contexto da renovação urbana (Operação Urbana Centro). Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

NITO, M.; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. Revista do centro de pesquisa e formação - São Paulo, nº 5, p. 38 - 49, Setembro de 2017.

OLIVEIRA, José Carlos de As contradições do espaço público na cidade de São Paulo: uma abordagem a partir do Minhocão e seus diferentes usos. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

SMITH, Neil. The new urban frontier: Gentrification and the revanchist city. Faltaano, editora, localização

NASSER, Ana Cristina Arantes . A Sociologia da vida cotidiana e a formação de uma geração. Revista de Ciências Sociais - São Paulo, n.39, p.127-138, Outubro de 2013.

Associação Viva o Centro. Disponível em:  
<<http://www.vivaocentro.org.br/quem-somos/a-associação-viva-o-centro>>  
Acesso em: 11 de Março de 2018.

High Line. Disponível em: <<https://novayork.com/high-line>> Acesso em: 28 de Novembro de 2017

Sala São Paulo. Disponível em:  
<<http://www.lighting.philips.com.br/casos/cases/entertainment/sala-sao-paulo>>  
Acesso em: 28 de Novembro de 2017.

<<http://www.lsie.unb.br/espacoegografia/index.php/espacoegografia/article/view/267/192>>  
Acesso em: 20 de Abril de 2018